

EXAME PARA CONTABILISTA CERTIFICADO

DELIBERAÇÃO Nº 001/CTEC/2015 - ÉPOCA OUTUBRO DE 2015

ÉTICA EMPRESARIAL E PROFISSIONAL – 26.10.2015

NOME COMPLETO (letra legível)

DOCUMENTO IDENTIFICAÇÃO -

BI/Passaporte nº

I - Ao receber o Enunciado da Prova escreva seu nome e número de documento de identificação.

II - Ao entregar a Prova, depois de resolvida, confira novamente o nome e número de documento de identificação.

III - A sua Prova é constituída por trinta e uma questões de múltipla escolha, sendo que só uma alternativa corresponde à resposta certa. Por outro lado, em 15 questões é exigida a indicação das normas estatutárias e regulamentares que fundamentam a sua escolha.

IV – Com exceção da última questão, que está cotada em 2,4 pontos, as outras questões estão cotadas em 2,5 pontos, a que acrescem, nos casos aplicáveis, 1,5 pontos para a fundamentação, num total de 100 pontos, que correspondem a uma classificação de 5 na escala de classificação estabelecida no nº 1 do artº 9º do Regulamento de Admissão, Estágio e Exames.

V - Nos termos do nº 2 do mesmo art.º 9º, a aprovação no exame resultará da obtenção da classificação mínima de 3 na escala de classificação.

VI - Elementos de consulta e usos de equipamentos

1. Utilize apenas os elementos de consulta permitidos.

2. Durante a prova é proibido a utilização de equipamentos eletrónicos de comunicação, seja qual for a sua natureza.

VII - Observações quanto ao preenchimento das respostas:

1. Use caneta esferográfica de tinta preta ou azul.

2. Assinale somente uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será considerada se houver marcação de duas ou mais alternativas.

3. A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

5. É de inteira responsabilidade do candidato qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta das respostas.

VIII - Ao concluir ou ao retirar-se definitivamente da sala, entregue todas as folhas da Prova.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA

1. A OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, à semelhança de todas as outras pessoas coletivas de direito público, tem a sua finalidade, atribuições e competências definidas na lei. Das seguintes frases, assinale a que, na sua opinião, melhor caracteriza a finalidade da OPACC e sintetiza as suas atribuições:

- a) Desenvolver normas contabilísticas, normas éticas e princípios de gestão aplicáveis aos sectores privado e público e também ao terceiro sector da economia;
- b) Propor medidas contabilística, de auditorias e de controlo interno visando identificar e corrigir os desequilíbrios detetados no desenvolvimento da economia cabo-verdiana;
- c) Superintender em todos os aspetos atinentes às profissões de auditor e contabilista certificados, indo desde o acesso, estatuto e exercício da profissão, à aprovação de normas éticas e outras normas profissionais, ao controlo de qualidade, ao exercício do poder disciplinar e à defesa dos interesses relevantes dos seus membros;
- d) Velar pela prossecução do interesse público por parte de todas as entidades que direta ou indiretamente se relacionam com a Administração Pública e ou gerem fundos públicos;
- e) Todas as anteriores

Fundamente, indicando, caso aplicável, as normas jurídicas de suporte à sua escolha.

2. A profissão de contabilista certificado é universalmente aceite como sendo uma profissão que deve ser exercida tendo sempre presente a defesa do interesse público, ou seja no seu exercício não deve atender-se exclusivamente ao interesse do cliente e ou do empregador mas também e simultaneamente ao interesse geral da comunidade, ao bem-comum. Por isso, o contabilista certificado está sujeito a um complexo conjunto de direitos e deveres e obrigado a observar e cumprir rigorosos requisitos éticos constantes, em especial:

- a) Das normas de ética aprovadas e divulgadas pelas associações empresariais a que pertencem os seus clientes dos seus serviços de contabilidade e consultoria;
- b) Dos códigos civil, processo civil, penal, processo penal e do trabalho;
- c) Das normas do sistema de normalização contabilística e de relato financeiro e dos códigos do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas;
- d) Do Estatuto, Código de Ética e outros regulamentos da OPACC, bem como de outra legislação aplicável à profissão e, supletivamente, do Código de Ética da IFAC;
- e) Nenhuma das anteriores

3. Podem designar-se por e praticar atos próprios dos contabilistas certificados as pessoas singulares que:

- a) Sejam detentores de formação nas áreas económica, financeira, de gestão, de fiscalidade ou outras que integrem as disciplinas de contabilidade e fiscalidade;
- b) Possuam experiência na área administrativa e financeira igual ou superior a 10 anos, mesmo que seja apenas no domínio da contabilidade orçamental das entidades da administração pública central;
- c) Tenham ocupado cargos de administração em empresas privadas e ou de gestão em instituições públicas por períodos seguidos ou interpolados superiores a 5 anos;
- d) Estejam inscritos na Ordem (OPACC) nos termos do estabelecido no Estatuto e no Regulamento de Admissão, Estágios e Exames.
- e) Nenhuma das anteriores

Justifique-se sucintamente:

4. Qual o órgão que tem, em exclusivo, funções de direção superior e de representação da OPACC perante o Estado, outras entidades públicas e privadas e organizações internacionais, sem prejuízo dos poderes de delegação e dos poderes das Comissões Regionais:
- a) Conselho Diretivo
 - b) Presidente da Ordem
 - c) Presidente da Mesa da Assembleia Geral
 - d) Presidente do Conselho Fiscal
 - e) Todos os anteriores

Justifique-se sucintamente:

5. O contabilista certificado deve exercer a sua atividade profissional orientando e pautando a sua conduta e atuação por princípios fundamentais. Dos princípios a seguir indicados, quais os consignados no atual Código de Ética da OPACC:
- a) Publicidade, integridade, sigilo profissional, boa gestão, legalidade;
 - b) Objetividade, respeito pelos colegas, sigilo profissional, boa gestão, legalidade;
 - c) Integridade, independência, responsabilidade, competência e urbanidade;
 - d) Integridade, sigilo profissional, obediência às determinações da Ordem, competência, urbanidade;

Justifique-se sucintamente:

6. António do Bom Nome foi, desde Janeiro do ano 2000, o contabilista certificado de uma das maiores empresas da ilha de S. Nicolau. Em Janeiro de 2015, sem apresentar qualquer justificação ou ter rescindido o contrato com a empresa e sem deixar qualquer contacto, viajou para Portugal e outros países da Europa, desconhecendo-se nesta data o seu paradeiro.

A empresa participou o facto à Ordem, tendo o Presidente do Conselho Diretivo solicitado ao Conselho Disciplinar a instauração do correspondente processo disciplinar.

Ao ter abandonado, sem justificação, os trabalhos que aceitou, o contabilista certificado António do Bom Nome incorre numa pena de:

- a) Advertência.
- b) Multa.
- c) Expulsão.
- d) Suspensão.

Justifique-se indicando as disposições aplicáveis:

7. A empresa cliente do António do Bom Nome está a atravessar enormes dificuldades económicas e financeiras em resultado da implantação no mercado de um concorrente que integra um grupo internacional, situação que a empresa vem dando a conhecer aos seus colaboradores patrocinando reuniões gerais de trabalhadores. Na última reunião de trabalhadores, com a presença da comunicação social, foi o contabilista certificado José Curto convidado a apreciar o trabalho do seu antecessor António do Bom Nome.

José Curto conhece bem o Estatuto, o Código de Ética e Deontologia Profissional e os demais regulamentos da OPACC, designadamente no que se refere à relação com os colegas. Em face do exposto, entende que o contabilista certificado José Curto:

- a) Não deve pronunciar-se publicamente sobre os serviços prestados pelo colega de profissão, exceto se dispuser do consentimento prévio dele;
- b) Deve pronunciar-se publicamente sobre os serviços prestados pelo colega de profissão, mesmo não dispondo do consentimento prévio dele;
- c) Deve comunicar à assembleia de trabalhadores os aspetos que podem configurar crimes previstos no Código Penal e no Regime Jurídico das Infrações Tributárias Não Aduaneiras;
- d) Nenhuma das anteriores.

8. O José Curto celebrou um contrato de prestação de serviços com a sociedade "Sol do Tarrafal, Lda", tendo esta sociedade proposto que nele se incluísse uma cláusula sobre a duração desse contrato.

De acordo com o Código de Ética e Deontologia Profissional da OPACC, o contrato de prestação de serviços celebrado entre o contabilista certificado José Curto e a sociedade Sol do Tarrafal, Lda não poderá ter uma duração:

- a) Inferior a um exercício económico.
- b) Superior a três anos.
- c) Inferior a três anos.
- d) Não é obrigatório o contrato conter uma cláusula a estipular a duração do contrato.

Justifique-se indicando as disposições aplicáveis:

9. O contabilista certificado José Curto desloca-se frequentemente à cidade da Praia para frequentar as ações de formação organizadas pela OPACC e ao Mindelo para prestar apoio aos clientes com sede nessa cidade. Nessas deslocações, realizadas regra geral de avião, aproveita para discutir com colegas temas da formação, bem como para trocar pontos de vista sobre a forma de solucionar os problemas encontrados nos clientes visitados. Numa dessas deslocações, realizada no Boeing dos TACV no percurso Sal-Praia acabou por revelar a terceiros informações sobre situações ilegais detetadas no decurso de uma inspeção/auditoria a uma empresa muito conhecida em todo o país. O comportamento de José Curto, ainda que não intencional, configura uma violação do dever de segredo profissional, que nos termos do Regulamento Disciplinar é punida com pena de:

- a) Advertência.
- b) Multa.
- c) Suspensão.
- d) Expulsão.

Justifique-se indicando as disposições aplicáveis:

10. O contabilista certificado Domingos da Silva assinou em Janeiro de 2015 com a empresa Transportes da Terra, SARL, com sede na ilha da Boa Vista, um contrato de prestação de serviços para executar a contabilidade da empresa e prestar serviços de assessoria fiscal, tendo os honorários mensais sido fixados em cinco contos, quantia aceite considerando informação da empresa da existência de dez profissionais disponíveis para prestar os serviços por aquele preço, bem como a promessa de recebimento de 10% dos lucros obtidos pela empresa no período do exercício de funções.

Em seu entender:

- a) O contrato de prestação de serviços assinado pelo contabilista certificado Domingos da Silva cumpre todos os requisitos exigíveis pelos normativos aplicáveis, nomeadamente pelo Código de Ética e Deontologia Profissional da OPACC;
- b) O contrato de prestação de serviços assinado pelo contabilista certificado Domingos da Silva viola o Código de Ética e Deontologia Profissional da OPACC por contemplar honorários contingentes e por não atender aos fatores que devem presidir à fixação dos honorários;
- c) O contrato de prestação de serviços assinado pelo contabilista certificado Domingos da Silva reúne todos os requisitos exigíveis pelos normativos aplicáveis e, para além disso, espelha as condições do mercado de prestação de serviços de contabilidade;
- d) Nenhuma das anteriores

Justifique-se indicando as disposições aplicáveis:

11. Uma entidade pública solicitou à OPACC a apreciação do comportamento profissional do contabilista certificado de uma grande empresa do tecido empresarial cabo-verdiano, considerando que esta encobriu nas suas demonstrações financeiras de 2010 a 2013 prejuízos num total de 15 milhões de escudos, com base, nomeadamente, em sobrevalorização de inventários, ativos intangíveis e ativos fixos tangíveis e de subvalorização de encargos financeiros e imparidades.

Para além de eventuais responsabilidades civil e criminal, o contabilista certificado responsável pelas contas da empresa no período indicado fica sujeito a uma pena disciplinar de:

- a) Advertência.
- b) Multa.
- c) Suspensão.
- d) Expulsão

Justifique-se indicando as disposições aplicáveis:

12. A mesma entidade pública intentou uma ação de responsabilidade civil dos administradores e outros responsáveis diretos, incluindo o contabilista certificado, e fez uma participação às entidades competentes para efeitos de eventual procedimento criminal.

Em seu entender:

- a) A ação disciplinar só poderá prosseguir depois de concluído o processo de responsabilidade e bem assim o processo de eventual procedimento criminal;
- b) A ação disciplinar deverá prosseguir os seus trâmites pois é independente de eventual responsabilidade civil ou criminal;
- c) A ação disciplinar deverá prosseguir paralelamente aos processos de eventual responsabilidade civil e ou criminal;
- d) Nenhuma das anteriores.

Justifique-se sucintamente:

13. O seguro de responsabilidade civil profissional:

- a) É facultativo uma vez que a lei não consagra nenhuma exigência sobre a matéria e a sua existência não tem qualquer benefício para os profissionais;
- b) É uma exigência expressa no Estatuto da OPACC e no Regulamentos do Seguro de Responsabilidade Civil Profissional;
- c) É uma exigência do Estatuto e dos regulamentos da OPACC mas pode ser substituído por uma garantia bancária ou por um depósito de caução;
- d) Todas as anteriores

14. Nas situações de rescisão de contrato de trabalho e ou de prestação de serviços na sequência de um conflito com a entidade empregadora ou com um cliente dos seus serviços de contabilidade, o contabilista certificado:

- a) Pode reter os livros de escrituração e a documentação pelo tempo que considerar necessário e suficiente para forçar o pagamento da indemnização e o pedido de desculpas públicas por parte da antiga entidade patronal ou do cliente de serviços.
- b) Deve entregar à entidade a quem prestou serviços, ou a quem aquela indicar por escrito, os livros e os documentos que tenha em seu poder, no prazo máximo de 120 dias, devendo ser emitido e assinado documento ou auto de receção, no qual se discriminem os livros e documentos entregues.
- c) Deve entregar à entidade a quem prestou serviços, ou a quem aquela indicar por escrito, os livros e os documentos que tenha em seu poder, no prazo máximo de 30 dias, devendo ser emitido e assinado documento ou auto de receção, no qual se discriminem os livros e documentos entregues.
- d) Não é obrigado a entregar à entidade a quem prestou serviços, ou a quem aquela indicar por escrito, os livros e os documentos que tenha em seu poder, antes de decorrido o prazo de 120 dias, devendo no ato de entrega ser emitido e assinado documento ou auto de receção, no qual se discriminem os livros e documentos entregues.
- e) Pode adotar qualquer das alternativas descritas nas alíneas anteriores, conforme lhe convier em face da indemnização recebida.

15. O direito de instaurar procedimento disciplinar a membros da OPACC prescreve passados:

- a) Dois anos sobre a data em que o facto tiver sido cometido ou se, conhecido o facto, a entidade competente, nos três meses seguintes à data do conhecimento, não instaurar o procedimento disciplinar, exceto se o facto qualificado de infração disciplinar for também considerado infração criminal e os prazos de prescrição do procedimento criminal forem superiores a três anos, caso em se aplica ao procedimento disciplinar no prazo de três anos.
- b) Três anos sobre a data em que o facto tiver sido cometido ou se, conhecido o facto, a entidade competente, nos três meses seguintes à data do conhecimento, não instaurar o procedimento disciplinar, exceto se o facto qualificado de infração disciplinar for também considerado infração criminal e os prazos de prescrição do procedimento criminal forem superiores a três anos, caso em se aplica ao procedimento disciplinar o prazo estabelecido na lei penal.
- c) Cinco anos sobre a data em que o facto tiver sido cometido ou se, conhecido o facto, a entidade competente, nos seis meses seguintes à data do conhecimento, não instaurar o procedimento disciplinar, exceto se o facto qualificado de infração disciplinar for também considerado infração criminal e os prazos de prescrição do procedimento criminal não forem superiores a três anos, caso em se aplica ao procedimento disciplinar no prazo definido na lei penal.
- d) Nenhum dos anteriores

Justifique-se indicando as disposições aplicáveis:

16. De acordo com o Regulamento do Desenvolvimento Profissional Contínuo, o contabilista certificado deve:

- a) Dedicar trienalmente e justificar perante a Ordem no mínimo de 60 (sessenta) horas, cada triénio, sendo que anualmente o tempo dedicado ao desenvolvimento profissional contínuo não pode ser inferior a 20 (vinte) horas.
- b) Dedicar trienalmente e justificar perante a Ordem no mínimo de 120 (cento e vinte) horas, cada triénio, sendo que anualmente o tempo dedicado ao desenvolvimento profissional contínuo não pode ser inferior a 20 (vinte) horas.
- c) Dedicar trienalmente e justificar no âmbito das ações de controlo de qualidade no mínimo de 60 (sessenta) horas, cada triénio, sendo que anualmente o tempo dedicado ao desenvolvimento profissional contínuo não pode ser inferior a 10 (dez) horas.
- d) Nenhuma das anteriores

17. Se o organismo profissional não aprovar o seu código de ética e deontologia profissional, os contabilistas e auditores certificados, no exercício das suas funções:

- a) Devem aplicar as regras bom senso.
- b) Não têm de se preocupar com as questões de ética e deontologia profissional.
- c) Devem aplicar, supletivamente, as normas constantes do Código de Ética da IFAC.
- d) Devem associar-se a colegas para definirem as principais normas de ética e deontologia profissional a adoptar.

18. De acordo com o Código de Ética e Deontologia Profissional dos Contabilistas e Auditores Caboverdianos, o contabilista certificado deve:

- a) Anunciar em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, conteúdo que resulte na diminuição do colega ou da organização contábil que o substituiu no exercício de funções num determinado cliente.
- b) Deixar de atender aos pedidos da OPACC, no sentido de colocar à sua disposição, sempre que solicitado, correspondência, relatórios e outros documentos que suportam o resultado do trabalho que está na base do diferendo com o cliente.
- c) Proceder com urbanidade, competência, lealdade e isenção em todas as suas relações com a Ordem e outras entidades públicas ou privadas e com a sociedade em geral.
- d) Quebrar o sigilo profissional sempre que estejam em causa situações que possam prejudicar a sua vida pessoal.
- e) Todas as anteriores.

Justifique-se indicando as disposições aplicáveis:

19. Os Relatórios de Responsabilidade Social são instrumentos:

- a) De divulgação das políticas de filantropia adotadas pelas empresas, especialmente no que se refere a donativos às instituições de apoio aos drogados, aos desempregados de longa duração e outros.
- b) De divulgação das políticas de planeamento fiscal em vigor nas empresas e outras instituições.
- c) De divulgação das políticas de gestão de recursos humanos pelas empresas, especialmente no que refere à formação, ao horário de trabalhos e às normas de saúde, higiene e segurança no trabalho.
- d) Que visam medir, divulgar e prestar contas, às várias partes interessadas, sobre o desempenho das organizações, visando atingir o objetivo do desenvolvimento sustentável.
- e) De divulgação dos investimentos nos países em guerra ou em situação de calamidade pública.

20. Ética e a responsabilidade social empresarial:
- a) São incompatíveis com o objetivo de maximizar o lucro e o valor para o acionista, quer a curto, quer a médio e longo prazo.
 - b) São elementos que asseguram a maximização a longo prazo do valor criado para todas as partes envolvidas – acionistas, gestores, trabalhadores, financiadores, Estado, sociedade em geral.
 - c) Prejudicam o desenvolvimento da atividade empresarial de investigação e desenvolvimentos e de acesso a novos mercados.
 - d) Colocam as empresas na dependência dos seus colaboradores.
 - e) Todas as anteriores.
21. Relativamente ao âmbito de funções, o estatuto da OPACC:
- a) Permite ao contabilista certificado exercer todas as funções reguladas no estatuto, incluindo as funções de auditoria.
 - b) Veda ao contabilista certificado exercício de funções consideradas no estatuto como exclusivas do auditor certificado.
 - c) Permite ao contabilista certificado exercer todas as funções reguladas no estatuto, exceto a de consultoria.
 - d) Permite ao contabilista certificado exercer todas as funções reguladas no estatuto, exceto a de consultoria e docência.
 - e) Todas as anteriores.
22. De acordo com o Estatuto da OPACC, a sociedade de contabilistas certificados tem a natureza:
- a) De sociedade civil, regulada pelo Código Civil em tudo o que não contrariar o Estatuto da OPACC.
 - b) De sociedade por quotas ou de sociedade anónima, sujeita, em tudo o que não contrariar o Estatuto da OPACC, à legislação comercial que regular o tipo de sociedade.
 - c) De sociedade civil sob a forma comercial, sujeita, em tudo o que não contrariar o Estatuto da OPACC, à legislação comercial que regular o tipo de sociedade
 - d) De sociedade em nome coletivo, sujeita, em tudo o que não contrariar o Estatuto da OPACC, à legislação comercial que regular o tipo de sociedade.
 - e) De sociedade civil e simultaneamente de sociedade por quotas ou de sociedade anónima, sujeita, em tudo o que não contrariar o Estatuto da OPACC, à legislação comercial que regular o tipo de sociedade.
23. Um contabilista certificado, que a pedido da administração, preparou e assinou contas de 2014 com erros materiais, infringiu, entre outros, os seguintes princípios e deveres éticos:
- a) Respeito pelo colega, Integridade, responsabilidade e independência.
 - b) Integridade, responsabilidade, competência, independência e respeito pela sociedade civil.
 - c) Integridade, responsabilidade, competência, independência e legalidade.
 - d) Confidencialidade, respeito pelos outros, bem-estar social e independência.
 - e) Todos os anteriores.

24. A notificação do acórdão final do Conselho Disciplinar ao arguido e à entidade que haja participado a infração deve ser feita:
- a) Por carta registada com aviso de receção.
 - b) Por carta registada com aviso de receção ou pessoalmente;
 - c) Por carta registada.
 - d) Por carta simples, enviada em correio normal.
 - e) Por carta simples ou por carta registada, consoante entendido conveniente.

Justifique-se indicando as disposições aplicáveis:

25. De acordo com os Estatutos, têm direito a participar nas reuniões da Assembleia Geral todos os Associados pertencentes à categoria de associados certificados:
- a) Independentemente da sua situação relativa ao pagamento de quotas.
 - b) Que não tenham atraso superior a doze meses no pagamento de quotas.
 - c) Que não tenham quotas em dívida.
 - d) Que não esteja em nenhuma das anteriores situações.
 - e) Que não tenham atraso superior a três meses no pagamento de quotas.
26. A ética nos negócios ou ética empresarial:
- a) É o estudo de situações de negócios, atividades e decisões em que as questões de certo e errado são abordadas;
 - b) São as decisões tomadas pelas organizações sobre questões que podem ser consideradas certas ou erradas
 - c) É a aplicação dos princípios e valores éticos na tomada de decisões e execução de ações concretas por parte das empresas e a adoção de ferramentas que elevem os seus padrões éticos;
 - d) É a utilização de processos éticos pelas empresas no recrutamento de colaboradores
27. A Responsabilidade Social pode ser definida como:
- a) Um conceito equivalente ao conceito de ética empresarial
 - b) A prática da ética empresarial, traduzida em atuações voluntárias empreendidas pelas empresas para abordar a responsabilidade pelos impactos económicos, sociais e ambientais de suas operações comerciais.
 - c) As atuações voluntárias empreendidas pelas empresas a favor das classes mais desfavorecidas nas suas zonas de implantação;
 - d) Todas as anteriores

28. São ferramentas de aplicação da ética na empresa:
- a) Os códigos de ética;
 - b) As auditorias éticas;
 - c) Os Comitês de Éticas;
 - d) Todas os anteriores
29. Em matéria de ética empresarial, o contabilista certificado no exercício das suas funções:
- a) Tem o dever de prestar à empresa contribuição que lhes seja possível mas apenas como cidadão.
 - b) Tem o dever de atender a todas as questões éticas, profissionais e ou empresariais, que tenham incidência nas matérias abrangidas no âmbito da sua atuação, nomeadamente na aplicação das Normas de Relato Financeiro.
 - c) Tem o dever de se preocupar exclusivamente com a Norma de Relato Financeiro 5 - Acontecimentos após a data do balanço.
 - d) Todas as anteriores
30. A duração do mandato dos titulares dos órgãos da OPACC é de:
- a) Três anos, podendo os mesmos recandidatar-se e ser reeleitos para um número não limitado de mandatos;
 - b) Três anos, podendo os mesmos recandidatar-se e ser reeleitos para um máximo de três mandatos;
 - c) Cinco anos, podendo os mesmos recandidatar-se e ser reeleitos para um máximo de três mandatos;
 - d) Seis anos, podendo os mesmos recandidatar-se e ser reeleitos para um máximo de três mandatos.
31. Os técnicos da função pública que, reunindo as condições previstas no Estatuto, estejam inscritos como membros da Ordem:
- a) Não podem, nos termos do Estatuto da OPACC, exercer fora da Administração quaisquer funções próprias da profissão de contabilista certificado;
 - b) Podem, nos termos do Estatuto da OPACC, exercer fora da Administração quaisquer funções próprias da profissão de contabilista certificado, exceto as relativas à assinatura de demonstrações financeiras de instituições públicas;
 - c) Podem, nos termos do Estatuto da OPACC, exercer fora da Administração quaisquer funções próprias da profissão de contabilista certificado;
 - d) Nenhuma das anteriores.

Justifique-se indicando as disposições aplicáveis:
